

II Congresso Histórico Internacional

AS CIDADES NA HISTÓRIA: SOCIEDADE

18 a 20 de outubro de 2017

ATAS

ORGANIZAÇÃO | PROGRAMA | CONFERÊNCIA INAUGURAL

CIDADE ANTIGA

2017

FICHA TÉCNICA

Título

II Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: Sociedade

Volume

Organização | Programa | Conferência inaugural
I - Cidade Antiga

Edição

Câmara Municipal de Guimarães

Coordenação técnica

Antero Ferreira
Alexandra Marques

Fotografia

Paulo Pacheco

Design gráfico

Maria Alexandre Neves

Tiragem

200 exemplares

Data de saída

Dezembro 2019

ISBN (Obra completa)

978-989-8474-54-4

Depósito Legal

364247/13

Execução gráfica

Diário do Minho

ÍNDICE

ORGANIZAÇÃO | PROGRAMA SESSÃO DE ABERTURA SESSÃO DE ENCERRAMENTO

PRÓLOGO

pág. 35

Poblaciones en transformacion: las ciudades a traves del tiempo

Diego Ramiro Farinas

CONFERÊNCIA INAUGURAL

pág. 43

Perseguir a História Social a partir do Repositório Genealógico - desafio sempre em aberto

Uma aplicação sobre Guimarães dos quatro últimos séculos

Maria Norberta Amorim, Antero Ferreira, Amaro das Neves, Filipe Salgado

CIDADE ANTIGA

CONFERÊNCIA

pág. 75

Cidade Antiga e Sociedade: Narrativas e Diálogos Interdisciplinares

Manuela Martins, Gilvan Ventura da Silva

COMUNICAÇÕES

pág. 111

Estratégias familiares e disputas políticas na África proconsular: o caso da cidade de OEA (Séc. II d.C.)

Belchior Monteiro Lima Neto

pág. 125

Como e onde se enterrava em *Bracara Augusta*?

Cristina Maria Vilas Boas Braga

pág. 155

Reflexões sobre a economia de *Bracara Augusta*. O contributo dos tesouros monetários

Diego Santos Ferreira Machado

pág. 177

A Concorrência Política e Cultural entre as cidades de Antioquia e Beirute na Antiguidade Tardia:

Libânio e a defesa das Escolas de Retórica em oposição às Escolas de Direito (séc. IV d.C.)

Érica Cristhyane Moraes da Silva

pág. 195

Entre os espaços e os homens: reconstrução do quotidiano doméstico

Fernanda Magalhães, Manuela Martins

pág. 219

O custo com os trabalhadores da construção e atividades subsidiárias. O caso de *Bracara Augusta*

Jorge Ribeiro

pág. 245

Vrbi et orbi: a cidade como definidora de romanidade nos *annales* de Tácito

Manuel Rolph Cabeceiras

pág. 261

Esparta katà kómas: organização espacial do território (VIII-V a.C.)

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro

pág. 279

Cidades Gregas na Calábria Antiga: A configuração dos territórios de Lócris e Régio (sécs. VII-V a.C.)

Maria Beatriz Borba Florenzano

pág. 301

El extranjero en la ciudad: formas de integración privadas

Ma Dolores Dopico Caínzos

pág. 325

The notion of polis in Aristotle's *Politics*

Patricio Tierno

pág. 341

Paulo e as Comunidades: Debates acerca das diferenciações das Comunidades Urbanas Paulinas e Conflitos sobre a Participação Feminina

Roberta Alexandrina da Silva

pág. 361

La cerámica de producción bracarense como indicador de las actividades económicas, gustos y costumbres de los habitantes de *Bracara Augusta*: Nuevas aportaciones

Sara Barbazán Domínguez, Manuela Martins, Eduardo Ramil Rego, Fernanda Magalhães

pág. 387

Mulheres e urbs: estudos sobre sociabilidades femininas em cidades romanas entre o IV e V séculos d.C.

Silvia M. A. Siqueira

Esparta katà kómas: organização espacial do território (VIII-V a.C.)

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro

Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Caetitê- Bahia, Brasil
Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga – Labeca/MAE/USP

marciaribeiro400@hotmail.com

Ao meu querido tio, José Carlos, in memoriam.

Abstract

This article aims to present the postdoctoral research project that is being developed at the University of São Paulo, Brazil - Sparta katà kómas: spatial organization of the territory (VIII-V B.C.). It will consistently describe the pattern of settlement employed and developed by Spartan polis between the 8th and 5th centuries B.C. from the analysis of available archaeological data. Based on the information presented in primary written sources, which describe this settlement pattern as “katà kómas”, structured in five “òbai”, this study attempts to detail archaeological data in comparison with those from other major cities (Athens, Syracuse, Sybaris), in order to better understand Sparta’s choices in relation to spatial planning. The goal is to understand: a) how Sparta expanded its domain, covering an area of about 8500 square kilometers; b) what motivated this expansion and c) what institutional mechanisms were used to maintain power over extensive territory. Allegedly, one of the main pillars that allowed the enormous extension of this region was the institutional adequacy (type of governance and hierarchy of settlements) to the “physical” structure in the “kàta kómas” territory. In addition, it is possible that a sacred landscape and a common worship contributed to give unity to the Lacedaemonians.

Keywords: Sparta katà kómas, khóra, territorial organization.

Nossa comunicação tem por objetivo apresentar algumas questões levantadas no nosso projeto de pós-doutorado em andamento (2017-2019) na Universidade de São Paulo, no Brasil. Nossa proposta de investigação está inserida no bojo das pesquisas que vêm sendo conduzidas pelo Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga, o Labeca, sediado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, do qual fazemos parte. Desde a sua fundação, em 2006, o Laboratório tem se dedicado a ampliar e difundir o conhecimento sobre as sociedades gregas e sobre o uso e a organização do espaço, tornando-se, dessa forma, um centro de referência no Brasil. Inúmeras publicações, dissertações de mestrado, teses de doutorado, inclusive a nossa, e pós-doutorados, dentre outros produtos, são gestados continuamente a partir do trabalho do Labeca, sob a coordenação geral da Professora Doutora Maria Beatriz Borba Florenzano e das coordenadoras Elaine Hirata Veloso e Maria Cristina Nikolau Kormikiari Passos.

Nossa pesquisa pretende levantar e sistematizar - a partir da análise dos dados arqueológicos disponíveis - o padrão de assentamento empregado e desenvolvido pela pólis espartana entre os séculos VIII e V a.C. (antes de Cristo)¹. Partindo das informações presentes em fontes primárias escritas, que qualificam este padrão de assentamento como “katà kómas”, e estruturado em cinco “ôbai”, pretendemos detalhar os dados arqueológicos, comparando-os com aqueles provenientes de outras grandes cidades gregas como, por exemplo, Atenas, Siracusa e Síbaris, com vistas a melhor compreender/definir as escolhas de Esparta em relação ao ordenamento do espaço - ao disciplinamento e organização do seu extenso território, que somava uma área de cerca de 8500 quilômetros quadrados do Peloponeso. Escolhas essas realizadas a partir de um repertório comum helênico de época arcaica, quando a pólis se configurou como eixo ordenador da sociedade grega. Interessamos entender: a) como Esparta expandiu seu domínio, b) o que motivou a expansão e

¹ Todas as datas ao longo do texto são de antes de Cristo (a.C.), caso contrário, acrescentaremos d.C. (depois de Cristo).

c) quais mecanismos institucionais foram utilizados para manter o poder sobre tão vasto território. Queremos crer que um dos principais pilares que permitiram a enorme expansão desse território foi a adequação institucional (tipo de governança e hierarquização de assentamentos) à estrutura “física”, no terreno, no solo, do tipo *kàta kómas*. Ademais, é possível que uma paisagem sagrada e o culto comum tenham contribuído para dar unidade a *periecos* e *esparciatas* sob a identidade de Lacedemônios – um grupo militar coeso - o que favoreceu a dominação sobre extenso território e sua manutenção por tanto tempo.

A pesquisa compreende o intervalo de tempo que se estende dos séculos VIII ao V. O processo de expansão de Esparta se iniciou na segunda metade do século VIII, com o objetivo de conquistar as planícies de Megalópolis, ao sul da Arcádia, e a Messênia (Florenzano, 2016). No século IV, ao contrário, vamos assistir ao enxugamento de parte do território sob o domínio de Esparta, com sua derrota em Leuctra, em 371, que redundou na perda de parte significativa da Messênia e algumas comunidades *periecas* (Shipley, 2004), motivo pelo qual optamos em nos deter no século V. Com respeito ao recorte espacial, nossa pretensão é investigar o território dominado diretamente por Esparta, sua *hinterlândia*, ou seja, aproximadamente dois quintos da região do Peloponeso, compreendida entre a Lacônia e a Messênia.

Um dos textos quase obrigatórios quando se fala sobre a organização do espaço da pólis de Esparta é a *História da Guerra do Peloponeso*, especificamente do seguinte excerto:

Se a cidade dos lacedemônios fosse devastada e subsistissem apenas os seus templos e as fundações dos edifícios, passado bastante tempo, muita dúvida, penso eu, teriam os pósteros sobre a glória dos lacedemônios (todavia, ocupam eles dois quintos do Peloponeso e mantêm a hegemonia sobre toda a península e sobre numerosos aliados do exterior; seja como for, não sendo cidade centralizada, não possuindo templos e edifícios suntuosos, mas sendo composta de aldeias (*katà kómas*) à antiga maneira da Hélada, ela pareceria muito inferior); se fossem, porém, os atenienses que sofressem a mesma sorte, pelo aspecto exterior da cidade, ser-lhes-ia atribuído um poderio equivalente ao dobro do que realmente têm (Tucídides, 1.10.2).

Nessa passagem Tucídides compara o poder de Esparta ao de Atenas, concluindo que é a urbanização, com suas construções suntuosas, que ditará para os vindouros o poder que a cidade exerceu. Não obstante, segundo seu juízo, estes incidiriam em equívoco quando avaliassem a partir dessa premissa o poder exercido por Esparta, posto que, tendo dominado dois quintos do Peloponeso, não foi uma cidade centralizada e não se voltou à monumentalização. Seria então na tessitura do espaço, naquilo que é visível e passível de avaliação, que os pósteros verificariam o grau de poder das cidades. O equívoco do observador do espaço o conduziria exatamente a uma constatação oposta à realidade observada por Tucídides: Esparta teria o seu poder avaliado abaixo do que exercera,

enquanto Atenas teria o seu poder superestimado. A explicação, segundo ele, está na forma com a qual Esparta organizou o seu espaço: ela teria permanecido uma cidade nos moldes arcaicos, habitada segundo o modelo *katà kómas*, isto é, em aldeias dispersas, não possuindo um centro; ou seja, Esparta estaria à margem da moderna cidade urbana do século V² por insistir no modo de vida característico das pólis Arcaicas.

Localizemos Esparta e a extensão territorial de que nos fala Tucídides (1.10.2), acima: afinal, que terreno conformaria as aldeias (*katà kómas*)? Quais tipos de comunidades – simples aldeias (aldeolas), aldeias com alguma organização interna, pólis dependentes em variados graus de sujeição, enfim - se espalhavam pelos dois quintos do Peloponeso sob o domínio de Esparta? É este território, a hinterlândia rural de Esparta, que nos interessa mais de perto. Ao final desse texto encontram-se três mapas de modo a facilitar a nossa compreensão sobre o espaço de Esparta e todo seu território.

Esparta era também conhecida como Lacedemônia, topônimo, que por sua vez, podia ser evocado em sentido geográfico para designar não só a pólis de Esparta propriamente como a região no entorno da cidade, o vale do Eurotas (Shipley, 2004; Shipley, 2006). Provavelmente, o termo Lacedemônia remontasse a tempos mais antigos, final da Idade do Bronze, e seu centro ficava ao leste da Esparta moderna (Hall, 2000, Apud Shipley, 2004; Shipley, 2006), incluindo possivelmente o Amyklaion, templo dedicado a Apolo Amikleu (Shipley, 2004; Tucídides, V,18).

A Lacônia³ englobaria a Lacedemônia e as comunidades periecas (pólis ou não), sob o domínio de Esparta; a Messênia foi mais tarde anexada aos domínios de Esparta. Seria, então, a totalidade desse território que Tucídides (1.10.2) se refere na passagem acima como sendo os dois quintos do Peloponeso sob o domínio de Esparta, uma área de aproximadamente 8.500 quilômetros quadrados. Entre os períodos Arcaico e Clássico, a pólis espartana propriamente, por seu turno, somava cerca de 270 quilômetros quadrados (Shipley, 2004; Cartledge, 1979; Florenzano, 2016).

Quanto aos habitantes, uma notação faz-se importante: os cidadãos de Esparta eram conhecidos como esparciatas, já o étnico lacedemônios englobava o conjunto de esparciatas e periecos, habitantes livres das comunidades periecas apensas a Esparta. Era possível, no entanto, que um cidadão de Esparta fosse chamado/nomeado, quando no estrangeiro, de

² Evidentemente é importante pensar nos propósitos que subjazem a descrição e a avaliação de Tucídides, o ateniense por excelência, cultuador de sua cidade; cuidado, aliás, que se deve ter com qualquer documento sobre o qual se queira debruçar. Não menos importante, quando possível, é buscar outras fontes que tratem do mesmo tema para eventuais comparações.

³ Cartledge (2002, p. 4) frisa que ‘houve muitas Lacônias’, ou seja, a sua extensão territorial e a sua população sofreram inúmeras variações ao longo do tempo, longe, portanto de se tratar de uma sociedade estática. Conforme Shipley (2006), o termo Lacônia não aparece nas fontes clássicas; o termo grego para o território dominado por Esparta, que, no período clássico, incluía a Messênia, é Lakonike, que não era uma unidade geograficamente definida, mas um território político em uma dada época. Havia ainda uma variante para o vocábulo Lacônia – *Lakon* - atestado em contextos poéticos e coloquiais (Shipley, 2004).

lacedemônio, termo mais frequente do que esparciata. O mesmo não devia acontecer com um perieco, que nessa situação, seria nomeado pelo étnico da sua pólis. (Shibley, 2004).

Hansen (2009) registra essa dupla cidadania – esparciata e lacedemônio ao mesmo tempo, uma excepcionalidade no mundo heleno, peculiaridade da sociedade espartana. Esparciatas e periecos, ou seja, os Lacedemônios, formavam uma espécie de ‘estado’ (estado lacedemônio), como sugerem os tratados e alianças que eles assinavam com terceiros (Shibley, 2006). O exército, rotulado como Lacedemônios e não esparciatas, devia se preparar militarmente em separado; os hilotas também chegaram a servir em determinados momentos no exército de Esparta (Shibley, 2004).

Tucídides referiu-se à disposição espacial da cidade dos Lacedemônios desprovida de centralização, “sendo composta de aldeias (*katà kómas*) à antiga maneira da Hélada” (1.10.2). A historiografia, de maneira geral, acredita que provavelmente Tucídides tivesse em mente Cinosura, Mesoa, Limnai e Pitane ao se referir às aldeias, *kômai*. Posteriormente, Amyklai, referenciada em Pausânias, 3.19.6, como uma *kome*⁴, também foi acrescida a esse *cluster* (Hansen, 1995). A despeito da falta de um centro urbano, observada por Tucídides, muitos autores modernos, e Hansen é um deles, notam que, embora desprovida de muros, esse conjunto de aldeias, as *kômai*, somava-se à pólis de Esparta, formando possivelmente um assentamento nucleado, uma conurbação (Hansen, 1995).

Ainda que não possa ser efetivamente comprovada pelas fontes, é ortodoxia aceita sem grandes questionamentos que as cinco aldeias acima mencionadas sejam aquelas implícitas no texto de Tucídides⁵. Cartledge (2002) afirma que uma inscrição romana (IG V.1.27) prova que Amyklai tornou-se uma das ôbai de Esparta. Ela teria sido incorporada pelo rei Teleklos em cerca de 750, provavelmente por um processo de negociação entre os esparciatas e as lideranças de Amyklai, envolvendo o culto de Apolo Jacinto, que permaneceu muito mais de Amyklai do que propriamente de Esparta (Cartledge, 2002).

Nesse sentido, Hansen é um dos estudiosos que acredita que os assentamentos acima nomeados – que seriam as *kômai* - formavam a espinha dorsal da pólis de Esparta que seria o centro urbano da pólis Lacedemônia (Hansen, 1995). O estudioso acrescenta que Esparta é chamada de pólis no sentido de centro urbano por Heródoto (6.58.1) e por Xenofonte em *Hellênicas* (3.3.10-11). O mesmo acontece no oráculo em que a pítia

⁴ Dentre sua vasta produção, Hansen tem um artigo de 1995 – *Kome. A Study in how the Greeks designated and classified Settlements which were not Poleis* - voltado exclusivamente para a análise de como aparece o termo *kome* nas fontes; termo este, que é, conforme o referido autor, um dos muitos nomes designados pelos gregos para denominar os assentamentos que eles não designavam pólis, como *demoi*, *kome*, *teichos*, *emporion*, *limen* e *hieron* (Hansen, 1995).

⁵ Hansen (1995) afirma que embora nenhuma das quatro aldeias – Limnai, Cinosura, Mesoa e Pitane – tenham sido chamadas de *kome* nas fontes antigas, ele aceita a ortodoxia e que, como afirmamos acima, elas devem ter formado um assentamento nucleado. Sobre essa questão, consultar Lupi (2014) e Florenzano (2016).

responde à consulta dos esparciatas sobre a Guerra do Peloponeso, ela se dirige a eles como habitantes da ásty (Hansen, 1995; Heródoto, 7.220). Assim, conclui Hansen, não faz sentido a crença de historiadores modernos que afirmam que Esparta era uma pólis sem centro urbano quando os próprios gregos pensavam de forma diversa. (Hansen, 1995). De qualquer sorte, este é um longo debate. Hodkinson e Hansen concordam que Esparta fosse o centro urbano da pólis enquanto, segundo Hansen, Cartledge discorda dessa opinião (Hansen, 2009).

Tendo em vista as frágeis bases com que se sustenta que a estrutura “kata komas”, mencionada por Tucídides na passagem 1.10.2, se reduziria aos cinco assentamentos ao redor de Esparta, somando ao fato de encontrarmos na hinterlândia uma multiplicidade de assentamentos, com aldeias de diferentes tamanhos, pólis dependentes, espaços de culto, enfim, temos de averiguar quão procedente é essa hipótese - de que o modelo *katà kómas* se restringisse apenas ao assentamento central da pólis. Não estaria Tucídides se referindo à forma geral de assentamento “*katà komas*” no Peloponeso espartano? Espalhados pelo Peloponeso, como dissemos, havia as pólis dependentes de Esparta, em diferentes graus de sujeição, e uma infinidade de ‘lugarejos’ sob o comando direto dos esparciatas. É possível que o modelo *katà kómas* sugerido por Tucídides possa ser empregado a toda extensão do Peloponeso sob a hegemonia de Esparta e não apenas se restringir ao perímetro central da pólis. Vale nesse sentido retomar um texto publicado em 2014 por Marcelo Lupi - *Una città abitata kata komas. La rappresentazione di Sparta e dei suoi villaggi all'alba della storiografia moderna*. O autor passa em revista o frágil percurso e as bases que acabaram por sedimentar uma ortodoxia, sem lastro documental, que postula que as aldeias mencionadas por Tucídides, que, aliás, foi lido e interpretado à luz de Pausânias (especialmente 3.19.6), seriam aquelas que circundam a acrópole de Esparta - Mesoa, Cinosura, Limnai, Pitana e por último Amyklai; ideia originalmente ventilada por Jean-Jacques Barthélemy no final do século XVIII e que precisa ser repensada (Lupi, 2014). Nossa hipótese é que a adequação institucional (tipo de governança e hierarquização de assentamentos) à estrutura “física”, no terreno, no solo, do tipo *katà kómas*, que não se restringia a Esparta urbana, tenha contribuído para se alcançar a vasta extensão de um território de 8500 quilômetros quadrados.

Com relação ainda a propalada falta de centralização de Esparta, Cartledge afirma que os esparciatas criaram modos alternativos de autoproteção, que dispensavam as muralhas, estigma de feminilidade e fraqueza, valores opostos à bravura masculina exibida por Esparta. Esses modos alternativos seriam em parte simbólico e em parte material: a primeira linha de proteção e resistência era formada pelas comunidades periecas; em seguida, um circuito de ‘muros simbólicos’ e eficientes foi o *cluster* de santuários religiosos ao redor ou na vizinhança próxima de Esparta, onde cada um podia ser visto pelo outro e serviam também para marcar a fronteira do próprio território (Cartledge, 1998).

Nas palavras de Shipley, não há registros precisos das fronteiras entre Esparta e seus vizinhos periecos. Contudo, provavelmente, Esparta tinha fronteiras comuns com Geronthrai ao leste, Pellana, ao noroeste, Sellasia, ao norte e talvez Krokeai ao sul. Elas devem ter exercido um papel importante, comparado com aquelas mais distantes, a exemplo de Sellasia que, conforme sugerem fontes antigas, controlava o acesso de estrangeiros a Esparta, mesmo em tempos de paz. Pellana devia controlar o acesso a partir da Arcádia ocidental. Essa suposição, continua Shipley, possibilita reconsiderar a imagem tradicional de Esparta e o exclusivo poder do exército a proteger a cidade. (Shipley, 2006).

O *Copenhagen Polis Centre* constatou que no período Arcaico ou Clássico 528 pólis eram muradas contra apenas quatro comprovadamente sem muralhas, Delos, Delfos, Górtina e Esparta (Hansen, 2009). Hodkinson (2009) rebate Hansen ao afirmar que das 528 pólis citadas por Hansen como amuralhadas, 69 possuíam muros apenas em volta da acrópole e não na cidade baixa, o que é bastante significativo. Logo, Esparta não era tão excepcional por não ter muros em volta das áreas residenciais, embora fosse diferente da maioria das pólis por não possuir qualquer muralha.

Como já dissemos, a Lacônia era formada por comunidades periecas, dependentes de Esparta, pela própria Esparta e todo o território; a Messênia foi incorporada aos domínios de Esparta após as Guerras da Messênia. De acordo com o levantamento de Hansen (1995), todas as fontes antigas afirmam que tais comunidades foram pólis tanto no sentido topográfico quanto político, não obstante, dependentes de Esparta. A despeito desse juízo, Hansen abre um precedente para se pensar que algumas delas podem também não ter sido pólis. Três dessas comunidades foram chamadas explicitamente de *kômai*: Oion, por Xenofonte, em *Hellênicas*; Tyros, em uma inscrição délfica do início do III século, e Belbina, em uma comédia ática, e por Phylarcos. Além disso, nos três casos não é apenas o nome do lugar que é registrado, mas os étnicos – Oiates, Tyrites e Belbinites, o que corrobora, segundo o autor, com a sua hipótese de que esses *towns* foram tanto pólis quanto *kômai*. Essas três comunidades se enquadrariam em uma das muitas formas em que o termo *kome* aparece na documentação – a *kome* no sentido de ‘dependência’; ou seja, de uma comunidade política regida por uma pólis maior, mas que também se constituía ela própria em uma pólis, em certo sentido, com uma boa dose de autonomia (Hansen, 1995). Kithera, uma ilha, era uma das tantas comunidades periecas, identificada como pólis nas fontes antigas e cujos habitantes possuíam o seu próprio *city-ethnic*, o que indicava seu status de cidadão da comunidade (de Kithera). Entretanto, como pólis dependente, era regida por um oficial esparciata eleito por um ano – o *kytherodikes* – e controlada por uma guarnição de hoplitas (Hansen, 2004).

Interessante notar a introdução do conceito de pólis dependente, estranho a boa parte da historiografia, mas possível apenas com o alargamento do próprio conceito de pólis, para

além do privilégio sobre a sua extensão e/ou população (consultar Shipley, 2006). Como afirma Hansen, um dos principais objetivos do *Polis Centre* tem sido dissociar o conceito de pólis dos conceitos de independência e autonomia e introduzir o conceito de pólis dependente (Hansen e Nielsen, 2004). Para Hansen (1993), o conceito de pólis vinculado ao de autonomia foi uma invenção dos historiadores modernos e não encontra respaldo nas fontes antigas. É evidente que as pólis desejavam ser livres e autônomas, porém a perda da autonomia não afetava a identidade da comunidade enquanto pólis, desde que fosse permitida a sobrevivência das suas instituições políticas (Hansen, 1993).

No quadro das tipologias das pólis dependentes, o *Inventory of Archaic and Greek Poleis* (Hansen e Nielsen, 2004) levantou um total de quinze, podendo haver sobreposição entre algumas. Ou seja, uma pólis perieca da Lacônia seria também uma pólis situada dentro de um território de uma pólis mais ampla. Graham Shipley, em texto publicado em 2006, *Sparta and its perioikic neighbours: a century of reassessment* oferece um quadro bastante interessante das comunidades periecas. Aquelas consideradas pólis (pólis periecas) se definem como comunidades organizadas com algum grau de complexidade administrativa interna, regulando a propriedade da terra, administrando a justiça, possivelmente fazendo recrutamento e provavelmente também o treinamento para o exército Lacedemônio (Shipley, 2006). O autor esquadrinha, a partir do *Inventory of Archaic and Greek Poleis*, oito assentamentos definidos como pólis periecas na Lacônia (sem a localização exata de todos). Na costa leste da Lacônia, de norte para sul, temos: Thyrea, Anthana, Prasiai, Epidaurus Limeria, Side, Boia, Las no golfo Lacônio e Kythera, a ilha abaixo do cabo Malea. Continuando, temos cinco assentamentos ainda na Lacônia com alta probabilidade de terem sido pólis: três ao norte de Esparta – Oinous, Pellana e Sellasia, um situado na costa leste – Kyphanta e Gytheion no golfo Lacônio. Shipley ainda nomeia dez assentamentos com possível status de pólis, porém sem qualquer confirmação pelas evidências disponíveis. São eles: no extremo norte, acima de Esparta, Kromnos, Oios, Eua/Thyrea, Aigys, Belbina; abaixo de Esparta, em direção ao leste, temos Geronthrai; no golfo Lacônio vemos Oitylos; na península do cabo Malea vemos Etis e Aphroditia; a décima mencionada é Chen, cuja localização é realmente incerta. Somam-se a essa massa algumas comunidades da Messênia: três pólis periecas constatadas, são elas: Kyparissos, Mothone e Asine, todas localizadas em áreas costeiras. Além dessas, teríamos ainda duas prováveis pólis, Aithaia e Thouria. Finalmente, temos cinco possíveis pólis, ou seja, aqueles assentamentos sem evidências explícitas – ao norte da Messênia, Aulon, mais abaixo Korone, Pharai, Kardamyle e Thalamai (Shipley, 2006)

Eis, portanto, que devemos focalizar a construção desse imenso território, como afirma Tucídides (I.10.2), dois quintos do Peloponeso. Devemos tentar entender o padrão de assentamento de Esparta, com suas diferentes comunidades, diferentes status, as relações mantidas entre elas, e entre elas e o centro de poder (Esparta). De igual maneira, devemos

examinar suas fronteiras, sua paisagem, observando como foi possível a Esparta atingir tal extensão territorial, o que motivou a expansão, e quais mecanismos lançou mão para assegurar o domínio sobre essa vastidão.

Sabemos que muito embora estejamos assistindo ao desabrochar de uma nova perspectiva sobre os estudos em torno de Esparta, ainda é muito forte a velha questão atenocêntrica, o modelo historiográfico que privilegia a cidade de Atenas e evoca Esparta como o antimodelo. Coube a Hodkinson e a Hansen protagonizarem um importante debate sobre a excepcionalidade ou não de Esparta. No livro, *Sparta Comparative Approaches*, organizado por Hodkinson, publicado em 2009, a quinta parte – *Spartan Exceptionalism? A Debate* - é consagrada ao debate. Vale conferir os inúmeros aspectos abordados sobre as instituições político-sociais e as divergências entre Hansen e Hodkinson, tanto quanto seus pontos de conexão. Por exemplo, ambos concordam que Esparta e Atenas foram excepcionais quando comparadas ao milhar de outras pólis e que a maioria dessas se assemelhavam mais com Esparta do que com Atenas (Hodkinson, 2009). Hansen e Hodkinson iniciam as discussões exatamente tentando localizar quando a historiografia cria o antagonismo entre Esparta e Atenas e como a perspectiva variou ao longo dos tempos, em estreita consonância com a conjuntura político social daqueles que se esmeravam em tecer a história dessas duas cidades. Nesse ínterim, Hodkinson (2009: 419) passa em revista o conceito de “pólis normal” e ajuíza sobre seu arriscado uso, que pode obscurecer o fato de que cada pólis variava em determinados aspectos sem qualitativamente ser diferente em seu caráter geral.

Seguindo por esse viés e tentando contribuir com o debate, pensamos que comparar o padrão de assentamento de Esparta com outras pólis gregas possa ser útil para provavelmente conseguir mostrar que Esparta não exercia o exclusivismo nessa seara. Para tanto, apoiamos em Stephen Hodkinson. O historiador inglês, Hodkinson, iniciado por Moses Finley, seu orientador, e pupilo de Paul Cartledge, tornou-se um dos maiores especialistas da atualidade em Esparta. Sempre reverenciando seu mestre, Finley, ele procura avançar com um grau maior de especificidade, tentando compreender as instituições de Esparta em suas particularidades e também naquilo que pode ser comparado a outras pólis (Hodkinson, 2009). Percebendo os bons frutos de uma história embrenhada na comparação, queremos crer que o trabalho de Hodkinson sirva de exemplo, e que nós possamos igualmente tecer frutíferas comparações ao tratar da organização espacial de Esparta. A comparação entre Esparta e outras pólis com o intuito de desnudar a propagada excepcionalidade de Esparta não foi inaugurada por Hodkinson, mas por Finley. Em 1968, Finley brindou o público com uma obra em que ele comparava Esparta com outras sociedades, como o fez em relação ao hilotismo e diferentes formas de trabalho compulsório exigido em outras cidades gregas (Hodkinson, 2009). Bem de acordo com Finley (2013), queremos crer que as singularidades de Esparta aconteciam na mesma medida em que as outras pólis também

possuíam suas singularidades, e, como afirma ele, sobre o hilotismo, o governo, os cultos e a *syssitia*, o que tinha de “único em Esparta era o modo pelo qual todos esses elementos se combinavam dentro de uma estrutura coerente e no mecanismo central de organização, o *agoge*” (Finley, 2013: 42).

A princípio Atenas, Síbaris, Siracusa, Elis e também Corinto podem entrar nesse leque de pólis a serem comparadas com Esparta no que se refere ao disciplinamento do espaço. Maria Beatriz Borba Florenzano (2015) discute como cada sub *apoikia* de Siracusa contribuía com o funcionamento e proteção da cidade (de Siracusa), como no caso de *Kasmenai*, que poderia ter funcionado como “controle de entrada dos calcídicos e eventualmente aproveitamento da mesma rota para o contato com o litoral sul” (Florenzano, 2015: 122). Nesse mesmo movimento, Shipley descreve como Esparta também se utilizou das comunidades *periecas* como rotas de passagem importantes, meios de proteção da cidade e controle de acesso de estrangeiros (Shipley, 2006: 62).

No caso de Siracusa, tanto quanto podemos verificar em relação à Esparta, é possível que suas fundações tenham estatutos diversos. *Akrai* e *Kasmenai*, segundo Maria Beatriz Borba Florenzano, seriam “assentamentos em ‘prolongamento’ de Siracusa, diretamente dependente” (2015: 123), enquanto *Kamarina* seria uma ‘verdadeira pólis’, segundo os críticos, tendo episódio de rebelião contra a cidade mãe e tendo apoiado seus inimigos (Florenzano, 2015).

Em relação a Síbaris, conforme Mele (2008), vemos que ela dominava alguns *ethnos* e mais de duas dezenas de cidades, com diferentes status, muitas das quais eram pólis *periecas*, semelhante à situação de Esparta, e contava ainda com uma única moeda para toda área dominada.

Shipley (2006) fala que a Lacônia era política e economicamente dominada por um assentamento central, Esparta, em alguma medida comparável à dominação de Argos nas pólis da Argólida, muito embora não tenhamos relato de que a Lacônia tenha submetido ao status de não-pólis algumas delas ou até mesmo as destruído, como Argos fez com Tirinto e Micenas; ao que sugere o autor, havia um sentimento mais amigável entre os Lacedemônios.

Hansen (1995) aponta a presunção de que a pólis de Mégara se originou através do sinecismo de cinco *kômai*. Depreendemos de Hansen (1995) que Elis era uma pólis sem muros até o final do século IV, porém, independente dessa particularidade, constituía-se em centro urbano de alguma importância mais de um século antes. Os assentamentos envolvidos no sinecismo de Elis foram *villages* (*kômai* ou *demoi*). Em 471 Elis foi alargada quando absorveu um número de comunidades vizinhas, algumas das quais foram talvez pequenas pólis. A pluralidade de pólis em Elis persistia depois do sinecismo. O paralelo

a Elis é a Lacônia, composta de uma pólis central (Esparta) circundada por um número de comunidades periecas, pólis ou não. No debate entre Hodkinson e Hansen, do qual falamos acima, Hodkinson (2009) discorda em alguns pontos de comparação entre Elis e Esparta levantados por Hansen, sugerindo que em importantes aspectos sobre o domínio da região ambas as cidades se diferenciavam bastante.

James Roy (2009) compara as estruturas de Esparta as de Elis, observando as redes (*networks*) forjadas por elas e o espectro de dominação que cada uma alcançou dentro de suas regiões. Esparta desenvolveu uma rede de alianças com estados que ultrapassavam as fronteiras da Lacônia e da Messênia – nomeada hoje de Liga do Peloponeso, muito embora não se limitasse a abarcar apenas estados do Peloponeso. Em Elis, continua Roy, algumas comunidades vizinhas foram incorporadas diretamente ao estado, outras se tornaram comunidades periecas, que permaneceram autônomas internamente, aos moldes das comunidades periecas de Esparta. Havia uma diferença, entretanto: os súditos de Elis não compartilhavam de qualquer forma de cidadania com o poder central.

É preciso, portanto, levantar os dados disponíveis sobre essas cidades, helênicas, no que é tangível a comparação com Esparta no que respeita ao disciplinamento do espaço, de modo a retirar o peso que essa pólis carrega de atipicidade e observá-la tanto em sua singularidade quanto naquilo que a torna semelhante a tantas outras pólis.

Na observação do espaço da hinterlândia de Esparta, pretendemos entender como funcionava a teia montada e mantida estrategicamente por essa pólis, ou melhor, pelo seu centro de poder. Quais rotas de comunicação possuía o território? Shipley informa que em 1999 d.C., Pikoulas descobriu estradas de carruagens ligando uma área importante de planejamento estratégico de Esparta para Megalopolitis, de Esparta, via Sellasia, para Karyai (Análipsi) e Tegea, e de Skiritis para Tegea (Shipley, 2006).

Prossigamos com as indagações que nos estão conduzindo: como os diversos e heterogêneos assentamentos de Esparta se inter-relacionavam? Quais eram as relações mantidas entre Esparta e as comunidades periecas? Que diferentes graus de hierarquia e domínio mantinha Esparta sobre as comunidades dependentes? O que podemos falar sobre as suas fronteiras? O que temos a dizer sobre as fortificações e sistemas defensivos? Enfim, o que é possível responder, ou não, a partir do que a Arqueologia, em seu atual estágio de investigação, tem a nos oferecer em acréscimo às fontes literárias.

Jacqueline Christien (2006), partindo de evidências de Tucídides (IV, 57) de que os esparciatas começaram a fortificar a costa leste a partir da Guerra de Arquidamo (431 - 421), se surpreendeu com a descoberta não de uma, mas de duas linhas de defesa, que devem ter controlado estradas, indo do norte para o sul. Gradualmente, outras linhas de defesa foram encontradas no que a autora cognomina de sua autópsia sistemática, uma

delas na costa oeste da Messênia. Deste modo, a partir dessa autopsia sistemática do espaço, aos poucos surgiam permanências de uma rede de estradas de carroças (*wagon-roads*), cujo termo antigo era *hamaxitói* (Christien, 2006).

Examinar como a cidade, assentada nos moldes *katà kómas*, dominou e manteve a hegemonia sobre dois quintos do Peloponeso, como afirma Tucídides (1.10.2), analisando o seu padrão de assentamento e comparando-o com outras pólis helenas, eis a tarefa a que nos dispomos. São muitas pontas ainda soltas nessa enorme teia. É necessário, portanto, um arcabouço bem delineado de conceitos, definições e teorias (que seria impossível expor aqui), que, somados, permitam-nos compreender a organização espacial do território de Esparta e o domínio do centro sobre tão diferentes comunidades, observando a hinterlândia sempre a partir de uma perspectiva dinâmica, com sucessivos recuos e avanços.

Referências Bibliográficas

CARTLEDGE, Paul (2002). *Sparta and Lakonia: A regional History 1300- 362 B.C.* Londres: Routledge.

CARTLEDGE, Paul (1998). City and 'Chora' in Sparta: Archaic to hellenistic. In: CAVANAGH, W.G. e WALKER, S.E.C. (org.) *Sparta in Laconia. Proceedings of the 19th British Museum Classical Colloquium.* BSA, p. 39-47.

CHRISTIEN, Jacqueline (2006). The Lacedaemonian state: fortifications, frontiers and historical problems. In: HODKINSON, S. e POWEL, Anton (editores). *Sparta & War.* The Classical press of Wales, p. 163-183.

FINLEY, Moses (2013). Esparta e a sociedade espartana. In: *Idem Economia e Sociedade na Grécia Antiga.* São Paulo: Martins Fontes.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba (2015). *A organização da khóra na Sicília grega sul-oriental: Siracusa diante de sua hinterlândia (733-598 a.C.)* Relatório Projeto temático de pesquisa FAPESP.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba (2016, no prelo). *O disciplinamento do espaço em Esparta: Arqueologia e História de uma pólis excepcional?* 2016.

HANSEN, M. (1995). Kome. A Study in how the Greeks designated and classified Settlements which were not Poleis. HANSEN, M.H. e RAAFLAUB, K. (org.) *Studies in Ancient Greek Pólis.* Stuttgart: Franz Steiner Verlag, p. 45-82.

HANSEN, M. e NIELSEN, T. (2004). *An Inventory of Archaic and Classical Poleis.* Oxford, Oxford University Press.

HANSEN, M. e NIELSEN, T. A. (2004). Typology of Dependent Poleis. *An Inventory of Archaic and Classical Poleis.* Oxford, Oxford University Press, p. 87-94.

HANSEN, M. (2009). Was Sparta a normal or an exceptional polis? In HODIKINSON, S. (ORG). *Sparta comparative approaches.* Swansea: The Classical Press of Wales, p. 385-416.

HANSEN, M e HODKINSON, S. (2009). Spartan exceptionalism? Continuing the debate. In: HODIKINSON (ORG). *Sparta comparative approaches.* Swansea: The Classical Press of Wales, p. 473-498.

HERÓDOTO (1998). *Histórias.* Introdução Tradução Mário da Gama Kury. 2. ed. Brasília: UNB.

HODKINSON, S. (2009) Was Sparta an exceptional polis? In HODIKINSON (ORG). *polis? In Sparta comparative approaches.* Swansea: The Classical Press of Wales, 2009, p. 417-472

HODIKINSON, S. (org). (2009). *Sparta comparative approaches.* Swansea: Classical Press of Wales. The Classical Press of Wales, 2009

- LUPI, Marcello (2014). Una città abitata *kata komas*. La rappresentazione di Sparta e dei suoi villaggi all'alba della storiografia moderna. In: CIOFFI, R. e PIGNATELLI, G. (org.) *Intra et Extra Moenia. Sguardi sulla città fra antico e moderno*. Nápoles: Giannini Editore, p. 103-108.
- MEE, C. e CAVANAGH, W. (1998). Diversity in a Greek Landscape: the Laconia Survey and Rural Sites Project. In: CAVANAGH, W.G. e WALKER, S.E.C. (org.) *Sparta in Laconia. Proceedings of the 19th British Museum Classical Colloquium*. BSA, p. 141-148.
- MEE, C. e SPAWFORTH, A. (2001). Lakonia. In: *Idem Greece*. Oxford: Oxford University Press, p. 219-236.
- MELE, A. (2008). Forme sovrapoleiche e interpoleiche in Magna Grecia. In: LOMBARDO, M. e FRISONE, F. **Forme sovrapoleiche e interpoleiche di Organizzazione nel Mondo Greco Antico**. Congedo Editore, p. 469-488.
- PAUSÂNIAS (1994). *Descripción de Grécia*. Introdução, Tradução e Notas Maria Crus Herrero Ingelmo. Madrid: Gredos, v. I-X.
- ROY, James (2009). Hegemonial structures in late archaic and early classical Elis and Sparta. In: HODIKINSON, S. (ORG). *Sparta comparative approaches*. Swansea: Classical Press of Wales, p. 69-88.
- SHIPLEY, G. (2004). Lakedaimon. In: HANSEN, M.H. e NIELSEN, T.H. *An Inventroy of Archaic and Classical Poleis*. Oxford: Oxford University Press, p. 569- 598.
- SHIPLEY, Graham. (2004). Messenia. In: *An Inventroy of Archaic and Classical Poleis*. Oxford: Oxford University Press, p. 547-568.
- SHIPLEY, Graham. (2006). Sparta and its perioikic neighbours: a century of reassessment *Hermathena*, No. 181, *In honour of George Huxley*. p. 51-82. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/23041622>, acessado em 12 de dezembro de 2012.
- TUCÍDIDES (2013). *História da Guerra do Peloponeso: Livro I*. 3ª edição. Tradução e apresentação Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes.
- WEES, H. v. RAAFLAUB, K. A. (2009). **A Companion to Archaic Greece**. Oxford: Wiley-Blackwell.
- XENOFONTE (1918). *Helênica*. Tradução C. L. Brownson London: William Heinemman. The Loeb Classical Library.